

# FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO CATARINENSE

*POLITICAL EDUCATION FOR WOMEN IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC:  
A REPORT OF SANTA CATARINA PARLIAMENT'S EXPERIENCE*

Laura Josani Andrade Correa <sup>1</sup>  
Aline Covolo Ravara <sup>2</sup>  
Mariana Bernardes Teodosio <sup>3</sup>

## RESUMO

O artigo evidencia uma ação pedagógica do Parlamento Catarinense que contempla desafios e soluções para a situação pós-pandemia: a formação política para mulheres. Trata-se de um curso remoto ofertado por meio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. A formação teve como objetivo preparar o público feminino para participar da política e incentivar as candidaturas das mulheres aos cargos eletivos. Adotou-se a metodologia de pesquisa descritiva para apresentar o relato dessa experiência que alia educação, política e tecnologia como uma alternativa às cursistas para atender as restrições sanitárias. Essa prática educacional aponta como resultado a construção coletiva do conhecimento sobre a relevância da participação da mulher na política.

**Palavras-chave:** Parlamento Catarinense. Formação política. Mulheres.

## ABSTRACT

The article describes a pedagogical action of the Santa Catarina Parliament that provides challenges and solutions for the post-pandemic scenario: political education for women. This is an online course offered by the Legislative School Deputy Lício Mauro da Silveira. The training is aimed to enable women to political engagement and to encourage them to run for elective positions. A descriptive methodology was adopted to present the report of this experience, which combines education, politics and technology as an alternative to the participants to meet the post-pandemic sanitary measures. One of the results of this educational practice is the collective construction of knowledge about the relevance of women's participation in politics.

**Keywords:** Santa Catarina Parliament. Political education. Women.

---

<sup>1</sup> Servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Integrante do Conselho Escolar e Chefe de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola da ALESC. Doutora em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre Multidisciplinar em Cultura Contemporânea, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Gestão Escolar, Centro Universitário do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SP). Bacharel em Comunicação Social, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tecnóloga em Gestão Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2034-5711>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2153965094071327>. E-mail: laurajosani@gmail.com

<sup>2</sup> Servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Integrante do Conselho Escolar e Chefe de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Humano da Escola da ALESC. Mestranda em História do Tempo Presente, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Administração, Gestão Pública e Políticas Sociais, Faculdade Dom Bosco. Especialista em Transformação de Conflitos e Estudos de Paz com Ênfase no Equilíbrio Emocional, Faculdade Vicentina parceria com a Paz & Mente, Cátedra de Paz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Innsbruck e Instituto Santa Barbara. Licenciada em Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Tecnóloga em Gestão Pública, Universidade do Sul da Santa Catarina (UNISUL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5346205639662597>. E-mail: alinec.ravara@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estagiária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), lotada na Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, no Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento. Contribui na organização de relatórios, materiais didáticos e pesquisas realizadas na Escola do Legislativo da ALESC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8210-0950>. E-mail: marianabteodosio@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, a representatividade entre homens e mulheres, eleitos no pleito de 2020, não demonstrou o equilíbrio esperado para a democracia brasileira. De acordo com os dados de apuração dos votos apresentados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), apenas 12% das prefeituras do país são ocupadas pela representação feminina. A situação nos parlamentos municipais evidenciou um pequeno aumento, as vereadoras somam 16% das eleitas para as Câmaras.

Esse baixo índice de participação das mulheres na política apontado pelo TRE/SC precisa ser revertido. É necessário enfrentar essa realidade através de uma mudança cultural baseada em educação para a cidadania destinada ao incentivo da atuação das mulheres na política. A representatividade feminina e masculina precisa estar equilibrada, para isso elas precisam ocupar espaços de poder no executivo e no legislativo. Essa transformação social pode ter início com atividades pedagógicas nas Escolas de Parlamento das três esferas do poder (Municipal, nas Câmaras de Vereadores (as); Estadual, nas Assembleias dos Deputados (as) Estaduais; e Federal, na Câmara dos Deputados (as) Federais), assim como na Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira<sup>4</sup>, do Parlamento Catarinense.

A história da presença feminina na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) teve início com a professora, jornalista e escritora Antonieta de Barros, que se tornou a primeira mulher negra a ser eleita deputada no Brasil em 1934. Doze anos após o primeiro mandato, voltou novamente para a ALESC em 1946. Até a presente data, ainda não tivemos outra deputada negra a exercer o mandato em nosso estado. Passado o período da Deputada Antonieta, outras 11 mulheres assumiram uma cadeira no Parlamento Catarinense até 2018, que contou com quatro deputadas na 18ª legislatura.

Em 2021, o estado catarinense conta com vinte e oito prefeitas, quinhentas e vinte vereadoras, sendo quarenta e sete delas presidentes das Câmaras. O Parlamento Catarinense conta com seis Deputadas Estaduais, a maior Bancada Feminina da ALESC eleita até os registros atuais, e está composta pela Deputada Luciane Carminatti (PT), Coordenadora da Bancada e do Observatório da Mulher da ALESC; Deputada Ada De Luca (MDB), Líder da Procuradoria da Mulher da ALESC; Deputada Marlene Fengler (PSD), Presidente da Escola do Legislativo; Deputada Dirce Heiderscheidt (MDB) e Deputada Paulinha (sem partido). A Deputada Ana Campagnolo (PSL) não participa da composição da Bancada.

Santa Catarina ainda conta com quatro mulheres Deputadas Federais: Caroline de Toni (PSL), Geovania de Sá (PSDB), Ângela Amin (PP) e Carmen Zanotto (PPS). Sobre a representação no Senado, o estado já teve cinco senadoras: Maria Shirley Donato (MDB), 46ª Legislatura; convocação por suplência, Sandra Guidi (antigo PFL, hoje DEM), 50ª Legislatura; convocação por suplência, Niura Demarchi (PSDB) e Selma Elias Westphal (MDB), ambas da 53ª Legislatura; convocações por suplência e Ideli Salvati (PT), a primeira Senadora eleita pelo estado, 52ª Legislatura.

Justamente na primeira ocasião em que a Escola do Legislativo é presidida e coordenada por mulheres, ressaltamos a relevância da representação feminina na política para garantir uma democracia que atenda efetivamente à diversidade social brasileira.

---

<sup>4</sup> A Escola do Legislativo da ALESC foi nomeada Deputado Lício Mauro da Silveira em homenagem à trajetória do parlamentar que aliou educação e política, conforme biografia, disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio\\_Mauro\\_da\\_Silveira](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio_Mauro_da_Silveira). No início, a Escola surgiu para capacitar somente os servidores da Casa Legislativa Estadual, mas com o passar do tempo passou a atender também os servidores das Câmaras e demais interessados. Trata-se de uma coordenadoria pedagógica do Parlamento Catarinense, instituída pela Resolução Nº 72/2000.

A Formação Política Para Mulheres foi ofertada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O curso contou com a elaboração e a realização da equipe multidisciplinar da Escola do Legislativo. Tendo em vista o contexto de desafios impostos pela realidade pandêmica, a ação não presencial foi pensada como uma solução que adéqua distanciamento social e oportunidade de acesso para aquelas que se encontram em outros municípios.

Buscamos fortalecer os laços entre as mulheres e o parlamento através da educação política e do compartilhamento de experiências. O diferencial do curso foi a diversidade apresentada pelas ministrantes: mulheres brancas, negras e pardas, LGBTQIA+, com origens rural e urbana. Além da diversidade sociocultural, as formações acadêmicas das professoras também são diferentes e complementares, são pedagogas, advogadas, juristas, comunicadoras, teóloga e educadora multidisciplinar. A equipe pedagógica da Escola do Legislativo buscou aliar, para este curso, a formação acadêmica, no mínimo de especialistas, com experiência profissional no executivo e no legislativo e ainda com atuação nas causas das mulheres.

O curso foi realizado como ação educacional síncrona, contando com cinco módulos, dois tópicos cada um, totalizando vinte encontros virtuais e a mesa redonda, também não presencial, para a finalização dos trabalhos. Uma das diretivas do curso foi priorizar a criação de um espaço acolhedor para as mulheres, para isso a equipe envolvida durante as aulas e na comunicação com as cursistas foi totalmente feminina. Os homens colaboraram nas fases de planejamento e organização. A execução do evento ficou somente com mulheres.

Os temas abordados trataram de diversos aspectos da presença feminina na política, como explicitado a seguir:

- a) lugar de mulher é onde ela quiser inclusive na política;
- b) mulher e o despertar para a política do cotidiano;
- c) a participação da mulher na sociedade e na política;
- d) política e cidadania;
- e) violência contra a mulher;
- f) mulher e mercado de trabalho;
- g) a luta das mulheres e sua participação na política;
- h) políticas de igualdade de gênero;
- i) a mulher e o poder;
- j) aspectos jurídicos da igualdade de direitos.

Cada tópico será mencionado no item cinco: sobre as ministrantes e os temas da formação.

Em termos metodológicos, este artigo é caracterizado como um relato de experiência com a descrição e análise das atividades técnicas e pedagógicas. Em linhas gerais, o texto está organizado em sete seções, incluindo esta introdução. Na sequência, temos a exposição do perfil das cursistas, seguido pela motivação da seleção das ministrantes aliada às sínteses dos conteúdos abordados na formação. Por fim, passamos aos encaminhamentos, resultados e considerações.

## 2 PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A iniciativa pedagógica teve como objetivo gerar oportunidades de transformação na vida das mulheres por meio da participação política, seja como candidata ou integrante da equipe de campanha. Trabalhamos na esperança de que essa formação fique marcada na jornada rumo a uma sociedade democrática que inclua a diversidade e use a sensibilidade, a empatia e a vivência feminina para a transformação social por meio da representatividade política.

A preparação deste curso teve início no decorrer do ano de 2020, como uma das ações do Núcleo de Formação Política. Entretanto, com o avanço da crise sanitária não foi possível dar andamento ao projeto naquela ocasião. Assim, no fim do mesmo ano, ao final de novembro, a proposta de formação política para mulheres entrou no planejamento estratégico 2021/2023 como uma atividade remota. Esta formação evidenciou o comprometimento com a continuidade da realização dos trabalhos da Escola da ALESC sob a presidência da Deputada Marlene Fengler, tendo início na Coordenaria de Jonianderson Menezes e realização na Coordenadoria de Adeliana Dal Pont, demonstrando um processo de transição entre as gestões e o engajamento da equipe pedagógica em realizar este curso para o público feminino que busca participar da política. Deste modo, durante o planejamento anual de 2021, realizado entre janeiro e fevereiro, a formação política para mulheres ficou estipulada como um projeto piloto de elaboração coletiva por parte da equipe multidisciplinar da Escola do Legislativo.

A formação política para mulheres foi divulgada pela equipe de Comunicação da Escola do Legislativo. A estratégia de divulgação do curso foi baseada na exposição de peças visuais informativas nos sites da Escola e da ALESC e ainda nas redes sociais da Escola, *Facebook* e *Instagram*, além do envio de *mailing* para participantes cadastrados.

**Figura 1** - Peça publicitária de divulgação em rede



**Fonte:** site Agência ALESC ([http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/abertas-inscicoes-para-curso-de-formacao-politica-para-mulheres](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/abertas-inscicoes-para-curso-de-formacao-politica-para-mulheres))

A peça publicitária de divulgação em rede buscou a aproximação com o público feminino utilizando uma paleta de cores suaves e fazendo referência à multiplicidade das mulheres através de figuras com diferentes penteados, a produção desse material foi realizada com recursos do Freepik.com.

Como o curso foi ofertado na modalidade remota, buscamos permanecer em contato com as cursistas criando um grupo de *whatsapp*. Neste grupo eram postados os *links* do curso, avisos, lembretes, material de apoio das professoras e as apostilas para cada tema. A formação ocorreu entre os dias 19 de abril e 24 de maio, nas segundas e terças-feiras e nas quintas e sextas-feiras, das 15h às 17h.

### 3 OBJETIVOS E INTENÇÕES DO CURSO

A expectativa era mostrar que cada mulher participante desta atividade pedagógica soubesse de sua relevância no dia a dia lutando por igualdade para as mulheres na política, no trabalho e em casa, buscando justiça social e inclusão. Queremos promover o equilíbrio entre as oportunidades para mulheres e homens a fim de que elas ocupem 50% dos cargos na política, seja no Legislativo ou no Executivo, sendo senadoras, deputadas federais ou estaduais, vereadoras, presidentes, governadoras, prefeitas, que todas tenham a garantia dos seus direitos a partir da força da representatividade política das mulheres.

A opção foi trazer a visão feminina para os debates que atravessam o cotidiano de todos, quer na privacidade dos lares ou nos ambientes públicos. A partir deste curso esperamos que as mulheres possam trazer a perspectiva humana para política tendo como base a solidariedade, o acolhimento e a inclusão. É fundamental levar ao conhecimento dos cidadãos que a efetividade das políticas públicas ocorre na medida em que pensamos na conexão de temas como: o feminismo, o combate ao racismo, a maternidade, a divisão sexual do trabalho, a autonomia financeira das mulheres, o enfrentamento à violência de gênero e tantas outras reflexões.

### 4 PERFIL DAS PARTICIPANTES

A coleta de dados referente ao perfil das trinta e nove cursistas foi realizada no primeiro encontro do curso. Como se tratou de uma atividade ofertada na modalidade remota, o levantamento de informações foi obtido também por comunicação mediada pela tecnologia via formulário digital.

De acordo com a análise podemos verificar no Quadro 1 que o interesse do público feminino apresenta uma faixa etária bastante variada, mulheres de dezoito a sessenta e oito anos participaram das aulas. As moradoras de Santa Catarina representam a localização geográfica predominante, apenas três participantes são residentes de outros estados, conforme Quadro 2:

**Quadro 1** - Faixa etária

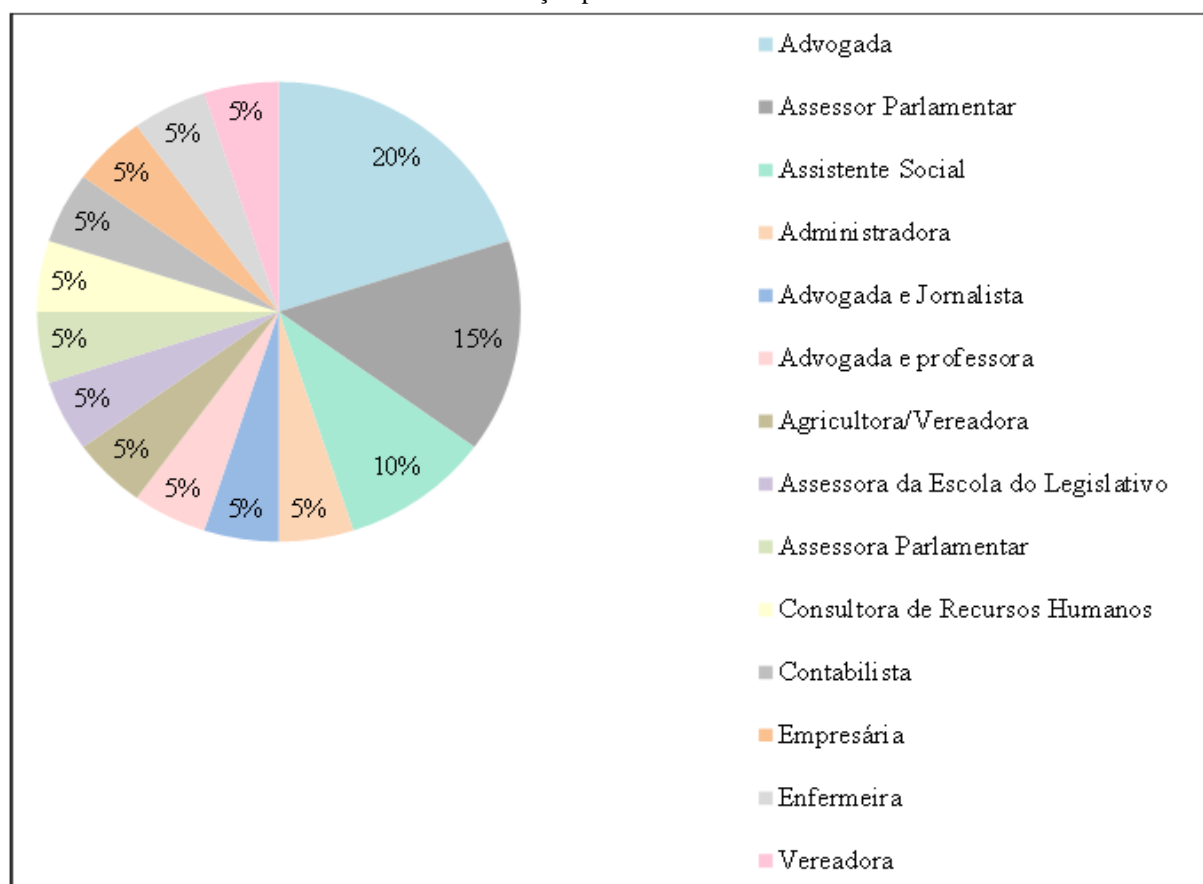
Idade	Número de participantes
18	01
De 20 a 29	04
De 30 a 39	12
De 40 a 49	07
De 50 a 59	11
De 60 a 68	04

**Quadro 2** - Município de origem

Estado e Cidade	Participantes
Santa Catarina: Balneário Gaivota, Canoinhas, Capivari de Baixo, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Ibiama, Imarui, Itaiópolis, Itajaí, Joinville, Navegantes, Porto Belo, Rio Fortuna, São José, São Ludjero, Timbó, Vidal Ramos, Xaxim	36 (18 de Florianópolis e 18 do interior)
Minas Gerais: Pouso Alegre	01
Mato Grosso: Cuiabá	02

Fonte Quadros 1 e 2: Autoras (2021)

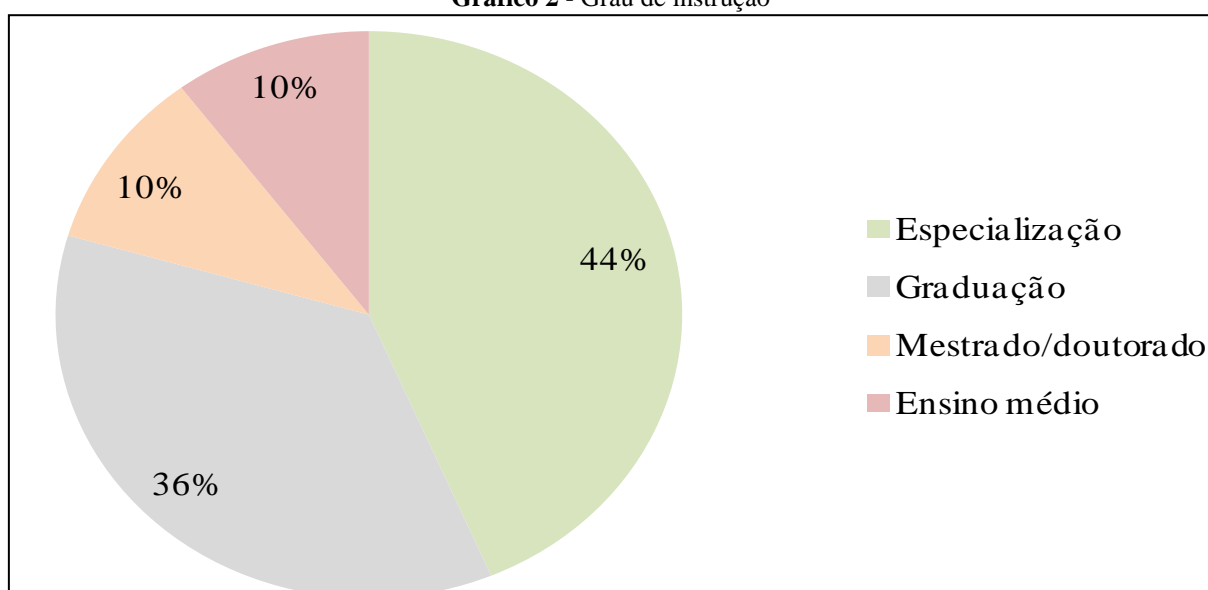
**Gráfico 1 - Atuação profissional das cursistas**



**Fonte:** Autoras (2021)

Outra verificação foi a ocupação profissional que apresenta bastante variação. Apesar dessa diversidade na atuação profissional, observamos uma recorrência nas atividades relacionadas ao Direito, uma aproximação com o curso de formação política para mulheres (Gráfico 1).

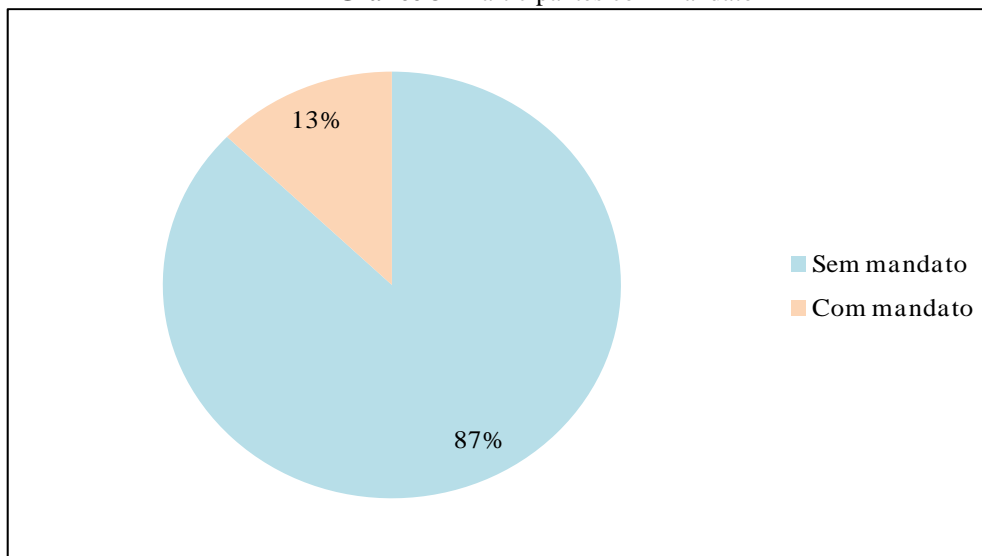
**Gráfico 2 - Grau de instrução**



**Fonte:** Autoras (2021).

Verificamos no Gráfico 2 que as participantes da formação política possuem um elevado nível de ensino. 44% delas apresentam a conclusão de pós-graduação *lato sensu*. Outras 11% concluíram pós-graduação na modalidade *stricto sensu*. Apenas 11% cursaram unicamente o ensino médio. Uma das cursistas é doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e outra cursou duas graduações: História e Direito.

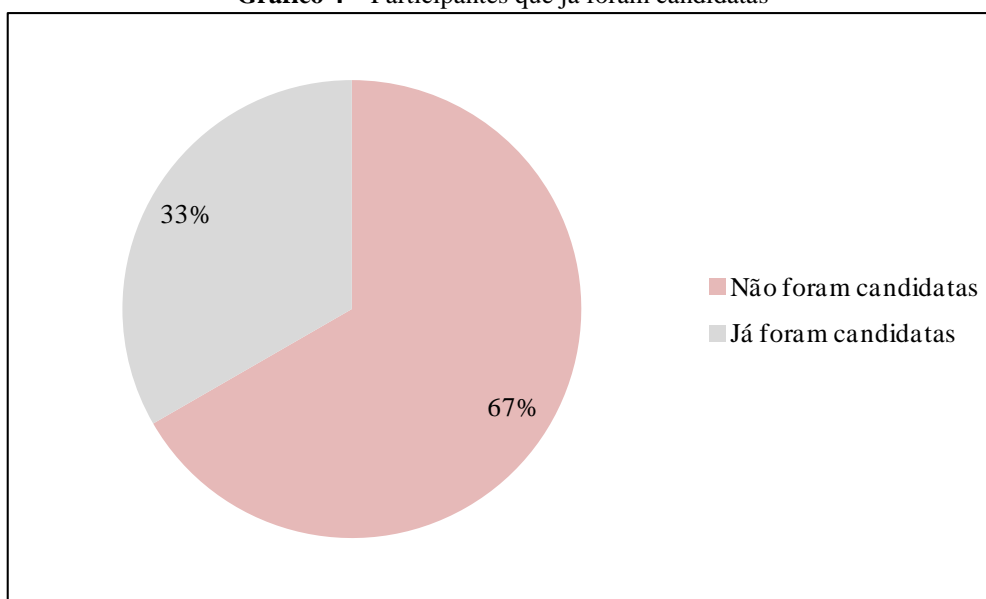
**Gráfico 3 - Participantes com mandato**



**Fonte:** Autoras (2021).

Conforme o exposto no Gráfico 3, o propósito da formação atende aos anseios daquelas que se inscreveram buscando embasamento teórico e prático. Outro aspecto é o engajamento nas causas femininas que resulta na probabilidade de participação no cenário político, uma vez que apenas 13% das cursistas exercem mandato eleitoral.

**Gráfico 4 – Participantes que já foram candidatas**



**Fonte:** Autoras (2021).

Apesar do contexto apresentado no Gráfico 4 não demonstrar um número expressivo de participantes que já lançaram candidatura, o percentual de 33% aponta um movimento

considerável por parte das mulheres que buscam a representatividade feminina na política. A presença das candidatas promoveu construção coletiva de conhecimento por meio do compartilhamento de suas experiências do decorrer das aulas.

Após essa breve apresentação do perfil das participantes, passamos a tratar de cada tema abordado e da motivação para a escolha das respectivas ministrantes que colaboraram para a realização do evento.

## **5 SOBRE AS MINISTRANTES E OS TEMAS DA FORMAÇÃO<sup>5</sup>**

Em seguida, apresentamos os requisitos técnicos e pedagógicos envolvidos no planejamento desta ação em especial, as professoras do curso e os respectivos tópicos tratados nos encontros virtuais de formação política destinada às mulheres.

### **5.1 Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na política**

O movimento feminista é retrato da luta por igualdade social, tarefa esta que não enquadra os sujeitos como inimigos e sim os convoca a tomar consciência frente à importância da equidade, da distribuição dos espaços, do enfrentamento a muitas mãos diante de tudo que clama por mudança, justiça e melhoria. (SILVESTRE, 2021, p. 4).

A ministrante Melissa Figueiredo foi escolhida para tratar do tópico: “Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na política” a motivação dessa contratação se deve à atuação profissional e a formação acadêmica da docente. É graduada em Pedagogia, com habilitação na área da Orientação Educacional, pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atua como professora da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção e Integração Social. Foi palestrante em eventos destinados aos jovens, oferecidos pela Escola do Legislativo, e, sobre a participação da mulher na política.

A professora Melissa trouxe a vivência com a juventude na educação política estagiando na Escola da ALESC. Dentre tantas situações para exemplificar a necessidade desta formação, ressaltou o apagamento da memória das mulheres, a começar pelo registro de nascimento, evidenciando o poder paterno na definição do nome das filhas. A chave de entendimento para a primeira aula está no legado que o nome carrega, ou ainda, na invisibilidade da história das mulheres representada pelo gesto do pai na escolha do nome das meninas recém-nascidas. Esse foi o momento de aproximação da professora com as cursistas: qual é a história do seu nome? As participantes deixaram seus depoimentos. Nos relatos, percebemos os resquícios do patriarcado no registro de cada menina. Neste ponto, as experiências apresentaram semelhanças sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres logo ao nascerem. Assim, começamos a pensar nas reparações históricas possibilitadas pela representação política feminina. A ministrante lembrou que as mulheres não são históricas, elas são históricas e que precisam de reparação histórica devido aos desdobramentos do patriarcado, machismo e misoginia que ainda presenciamos atualmente.

---

<sup>5</sup> Informações obtidas no projeto de formação política para mulheres, Escola do Legislativo da ALESC, 2021.



## 5.2 Mulher e o despertar para a política do cotidiano

Refletir sobre a Política do Cotidiano é pensar sobre a trama relacional de ética, política e direito que nos atravessa, diariamente, e que nos aloca em determinados espaços públicos e sociais. O pessoal, assim, é também político - e vice-versa. No movimento político de mulheres, ainda, ver-se-á o óbvio, mas urgente: não bastam números; é necessário qualidade, compromisso com as vidas e responsabilidade coletiva. (BAGGENSTOSS, 2021. p. 4).

A palestrante Grazielly Baggenstoss foi selecionada para ministrar sobre: “Mulher e o despertar para a política do cotidiano” devido à trajetória apresentada. É Doutora e Mestre em Direito, Política e Sociedade (UFSC). Doutoranda em Psicologia, ênfase em Psicologia Social Crítica: Subjetividades e Gênero. Professora da UFSC: Graduação em Direito, Pós-Graduação em Direito e Pós-Graduação Profissional em Direito. Fundadora e Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Lilith: Núcleo de Pesquisas em Direito e Feminismos" da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB/SC. Pesquisa: Gênero, Teorias Jurídicas Feministas e Estudos Jurídicos Críticos. Consultoria em casos de discriminação.

Após um panorama sobre o envolvimento da mulher na política como um rompimento de paradigmas visto anteriormente, a professora Grazielly contribuiu com o despertar para a política presente no cotidiano trazendo a visão de três pensadoras: Hanna Arendt, Chantal Mouffe e Suely Rolnik. Ela afirma: que é justamente a soma do afeto com a política que pode trazer a transformação social pelas mãos das mulheres. A professora enfatizou que o debate permanente alimenta a política. E destacou que a divergência civilizada é fundamental para a democracia e que, por sua vez, o direito é um produto da política. Neste sentido, nossa tarefa, no século XXI, é desbravar os caminhos dos feminismos sem ferir a autonomia das mulheres participantes dos movimentos.

## 5.3 A participação da mulher na sociedade e na política

A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres é urgente. E é urgente há muito tempo. Sem mulheres nos espaços de poder em empresas, associações, organizações, partidos políticos, parlamentos, secretarias, ministérios e governos, vamos manter a divisão como está. É preciso que a gente, inundando a esfera pública, ressignifique o nosso lugar. (SALGADO, 2021, p. 10).

A docente Eneida Desiree Salgado foi escolhida para o tema: “A participação da mulher na sociedade e na política” em razão da sua experiência profissional. É Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Estágio de pós-doutoramento na Universidad Nacional Autónoma de México, Programa de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora e líder do Núcleo de Investigações Constitucionais. Professora visitante na Universidade da Califórnia, Irvine. Professora do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Paraná. Autora de “Princípios constitucionais eleitorais”, “Reforma política”.

Depois de nos interarmos de que o lugar da mulher é onde ela quiser, inclusive na política, e de como esse tema está presente no cotidiano, chegou a hora de refletir sobre a participação feminina na sociedade através da política. E que uma das tarefas atuais na política seria pensar as condições precárias das mulheres devido ao acúmulo de funções durante a pandemia. Do agravamento ocasionado pelo aumento de tarefas invisíveis no trabalho remunerado e nas atividades domésticas que tomam o tempo de lazer e descanso das mulheres. A ministrante Eneida ainda tratou das relações sociais pautadas pelo gênero, destacando como os apetites das mulheres são domesticados para que elas sejam controladas de forma efetiva

pela sociedade patriarcal. A palestrante evidenciou a diferença entre o homem público e a mulher pública, fato que interfere diretamente na relação feminina com a política. Enquanto o homem público recebe os louros por suas ações no plano político, a mulher sente as consequências do tratamento de ser “um corpo público”.

#### **5.4 Política e cidadania**

A discriminação no espaço político, o machismo estrutural que permeia as relações intrapartidárias e a naturalização da submissão feminina fazem parte de uma racionalidade masculina que não tem mais espaço na vida das mulheres e deve ser superada por atitudes proativas dentro e fora dos partidos políticos. A forma mais eficaz de combater a sub-representação das mulheres na política é o empoderamento e a promoção de maior engajamento feminino na sociedade, no mercado de trabalho e em qualquer espaço em que uma mulher queira estar ou atuar. (ALVES, 2021, p. 9).

A palestrante Elizete Lanzoni Alves foi convidada pela experiência como Jurista e Pedagoga para tratar de “Política e cidadania”. É Doutora em Direito pela UFSC. Pós-Doutora em Direito Ambiental pela Universidade de Alicante. Vice-Presidente da Academia Catarinense de Letras Jurídicas. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco. Membro da Associação Brasileira do Ensino de Direito. Possui experiência docente em Direito Ambiental, Penal, Administrativo e Constitucional. Integrante do Grupo Gestor do Fórum Suprapartidário de Mulheres de SC. Atuante na defesa dos direitos das mulheres e no combate às violências contra as mulheres. Colaboradora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A professora Elizete apontou a conexão entre a política e a cidadania a partir dos aspectos social, jurídico e político. Ela trouxe um mapa apresentando o caminho a ser percorrido pela mulher que deseja se lançar na política partidária. Explicou a importância de a educação política fazer parte de todos os ambientes: como escola, família e igreja. Elizete destacou que a força das mulheres está em dois pontos: a união e o poder de argumentação, por isso a necessidade de uma campanha baseada em dados e conhecimento. Justamente tratando da argumentação, as questões da diversidade cultural são temas fundamentais para pensarmos as políticas públicas. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe precisa constar na agenda de prioridades das mulheres envolvidas na política.

#### **5.5 Violência contra a mulher**

A violência contra a mulher está presente em nossa sociedade desde os tempos mais remotos e é algo que precisa ser combatido. A violência é sentida por muitas mulheres, independente de classe social, grau de escolaridade, raça ou religião, podendo ser cometida no ambiente público ou privado. Levantamentos revelam que a cada minuto, 25 brasileiras sofrem violência doméstica no Brasil. No último ano, 13 milhões de mulheres disseram ter sido alvo de ofensa, agressão física ou sexual<sup>6</sup>. Os números assustam e somente com educação e mudança cultural é que poderemos alterar esse panorama. (FORTUNATO, 2021, p. 3).

A advogada Tammy Fortunato foi chamada para apresentar o tema: “Violência contra a mulher” uma vez que atua diretamente nessa causa. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Especialização em Direito e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é membro do Instituto dos

---

<sup>6</sup> Informações disponíveis em <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-minuto-25-brasileiras-sofrem-violencia-domestica/>

Advogados de Santa Catarina, e Presidente da Comissão de Combate às Violências Contra a Mulher do Instituto dos Advogados de Santa Catarina. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito de Família.

Depois de uma base teórica e prática sobre a participação na política, chegamos ao momento de enfrentar um dos temas mais urgentes para as mulheres: o combate à violência. Para isso, a Professora Tammy destacou os tipos de violência, e como está a legislação para cada agressão. A professora defendeu que precisamos buscar o aprimoramento das pesquisas e os avanços das pautas sociais para combatermos as violências de gênero, às quais as mulheres são submetidas. É preciso conhecer e identificar as situações para socorrer, ajudar e principalmente compartilhar as informações com todas as mulheres. O tema da educação voltada para a igualdade de gênero, no projeto de Lei 79/2018, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do deputado Rodrigo Minotto, institui o Programa Maria da Penha vai à Escola, que inclui projeto sobre o mesmo tema de autoria da Deputada Luciane Carminatti. O projeto seguiu para a análise do Governador.

A palestrante dedicou um tempo maior para uma das agressões mais presentes no cotidiano: a violência doméstica. Ressaltou que os ataques verbais e psicológicos são equiparados às lesões corporais. Cabe destacar as ações da Bancada Feminina da ALESC, representada pelas Deputadas Estaduais Ada De Luca, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Marlene Fengler, para combater os diversos tipos de violência contra as mulheres, nos contextos urbanos e rurais, com um ciclo de seminários realizados durante o ano de 2019. Assim como a Professora Grazielly, que estimulou um despertar político, este módulo trouxe um despertar social para que estejamos atentas às formas como somos tratadas pela família, pelos colegas e amigos. Não se trata apenas de fazer uma patrulha dos bons modos e, sim, de buscar a harmonia, a igualdade e a equidade no exercício de nossos direitos como cidadãs.

## 5.6 Mulher e mercado de trabalho

Por que as mulheres são tão desvalorizadas no mercado de trabalho? Como podemos mudar esta realidade? Para responder a estas duas questões, precisamos falar do viés inconsciente. “Mulheres não tem força física ou moral para este tipo de trabalho” ou ainda “Mulheres não sobrevivem no ambiente hostil da política”. Estas expressões tomadas por verdades pautaram, por anos, as relações de trabalho. São vieses que, de certa forma, sedimentaram nosso lugar em posições de menor destaque ou importância, dificultando o nosso caminho. Soma-se a isso o viés secular de que tarefas domésticas ou a criação de filhos é o nosso principal dever, o que acaba bloqueando, atrasando ou até mesmo eliminando as mulheres do mercado de trabalho formal. (RODRIGUES, 2021, p. 6).

A palestrante Melyssa Nassar Rodrigues foi convocada para lecionar sobre "Mulher e mercado de trabalho", visto que esse tema é recorrente em seu percurso profissional. Ela é *storyteller*. Bacharel em Marketing e Propaganda pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialista em Comunicação com o Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing SP e Especialista em Comunicação Digital pela mesma instituição.

Após os momentos do despertar político e social, partimos para uma incursão no autoconhecimento. Professora Melyssa tratou das relações interpessoais no ambiente de trabalho impactadas pelas questões de gênero, e expôs alguns dados sobre as dificuldades das mulheres no mercado de trabalho. Ela ressaltou a importância da diversidade nos espaços de trabalho como grande diferencial competitivo, pois eleva o capital humano das organizações, disponibilizando uma série de pontos de vista diferentes para construir soluções inovadoras.

## 5.7 A luta das mulheres e sua participação na política

As grandes mulheres que fizeram e marcaram a vida política dificilmente são reconhecidas (e conhecidas). Quando elas não têm rostos definidos, fica difícil ser inspiração para outras mulheres, concorda? Quanto mais mulheres ocupando cargos públicos, mais chances temos de garotas terem suas referências voltadas para essas mulheres. Com isso, elas conseguem se ver ocupando os mesmos espaços, os mesmos lugares. O sonho de ser prefeita, governadora, deputada ou presidenta cabe no rosto de outras mulheres que abriram caminho para essas conquistas. (CALEFFI, 2021, p. 10).

A docente Renata Caleffi foi escolhida para discorrer sobre "A luta das mulheres e sua participação na política" em virtude de sua vivência. É jornalista formada pela Unicentro, Guarapuava, PR. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Diretora de Comunicação do Instituto Política por.de.para Mulheres desde o seu início. Professora colaboradora de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e de Publicidade e Propaganda e Direito do Centro Universitário Campo Real (Guarapuava). Autora da pesquisa em conjunto com a Prof<sup>a</sup> Eneida D. Salgado que incentiva a criação de cotas legislativas para mulheres no Brasil.

Nas aulas seguintes, nos dedicamos ao registro da memória de mulheres que marcaram a história política feminina com a professora Renata que, além de trazer a memória política brasileira com perspectiva de gênero, compartilhou suas experiências familiares e profissionais relacionadas à política. Destacou a atuação pioneira de Antonieta de Barros, primeira mulher negra a ser eleita no país e que permanece como a única deputada catarinense a apresentar interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Não reconhecer a história e a memória das mulheres na política é uma violência de gênero gravíssima que demanda políticas públicas específicas.

## 5.8 Políticas de igualdade de gênero

Em 2019, conforme o Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupava a 92<sup>a</sup> posição em um ranking que mede a igualdade entre homens e mulheres num universo de 153 países. Além disso, as mulheres brasileiras estão sub-representadas na política, têm remuneração menor, sofrem mais assédio e estão mais vulneráveis ao desemprego. [...] Quando o assunto é participação política, conforme o Mapa Mulheres na Política 2019, relatório da ONU, o Brasil ocupa a 134<sup>a</sup> posição entre 193 países no ranking de representação feminina no Parlamento. O percentual de mulheres no atual Congresso Nacional é somente de 15%. Portanto, fica claro que as regras atuais do sistema político brasileiro não têm se mostrado suficientes para garantir uma participação igualitária. (VASCONCELLOS, 2021, p. 6).

A ministrante Daniela Vasconcellos foi selecionada para tratar das “Políticas de igualdade de gênero” pela atuação na advocacia e experiência com o tema. É graduada em Direito pela Estácio de Sá, especialista em Direito Civil e Processo Civil pela mesma instituição. Atualmente está cursando especialização em Advocacia Feminista e o Direito da Mulher, pela Faculdade Legale. Participou de grupos de estudos em Relações Étnico Raciais. Tem experiência em Direito Penal e Direitos Humanos. Pesquisou sobre o Genocídio dos Jovens Negros no Brasil e o Direito Sucessório das Famílias Homoafetivas. Atua como mediadora e conciliadora na Vara de Família, é Vice-Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB/SC, é coordenadora da Associação Nacional de Advogados Negros, em Santa Catarina.

De acordo com a professora Daniela, não importa se você é de esquerda ou de direita, precisamos garantir o respeito aos direitos humanos, abandonar os extremismos e buscar a conciliação para o bem de nosso país. Ponto fundamental em nossa ação pedagógica: o debate sobre as políticas de igualdade de gênero. Em sua aula, conhecemos Nísia Floresta, escritora que defendeu o direito ao voto, em 1832, conquistado somente 100 anos depois. A escritora é considerada a primeira feminista do Brasil. Daniela estimulou o debate das participantes que trouxeram suas vivências e enriqueceram a aula com relatos e reflexões.

## 5.9 A mulher e o poder

Quando falamos de poder, devemos considerar que ele é mais amplo, que vai além do poder político, do poder formal presente no Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. [...] O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (BLIND, 2021, p. 10).

Sisi Blind foi convidada para abordar a questão "A mulher e o poder" graças à sua experiência como Prefeita de São Cristóvão do Sul. Possui Bacharelado em Teologia, pela Escola Superior de Teologia, e mestrado em Teologia, pela Escola Superior de Teologia. Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios, 2021; Prefeita Municipal São Cristóvão do Sul/SC, 2017/20; Presidente da FECAM (Federação Catarinense dos Municípios), 2018; Prefeita Municipal São Cristóvão do Sul/SC, 2013/16; Presidente FECAM (Federação Catarinense dos Municípios), 2016; Presidente AMURC (Associação dos Municípios da Região do Contestado), 2013/14; Presidente Comitê de Bacias Hidrográficas do Canoas em Lages, 2013/14; Secretária Municipal de Saúde, São Cristóvão do Sul, 2009/2012; Professora do Curso de Ciências da Religião, PARFOR/UNC, Campus Curitiba, 2008/12.

Professora Sisi agrega a força da representatividade de uma mulher do campo, que construiu sua trajetória nos caminhos da religiosidade até chegar à política e se tornar prefeita, com coragem e empoderamento, apesar da força da estrutura patriarcal e da violência de gênero. Ela nos lançou o desafio: olhar em nosso entorno e observar as relações de poder. Assim, como nos lembrou a professora Renata, a Professora Sisi também salientou que as mulheres lutam sem empunhar armas. A força está na união feminina. Ela salientou que as mulheres devem escrever suas próprias histórias, não é mais possível permitir que a história das mulheres seja contada pela ótica masculina.

## 5.10 Aspectos jurídicos da igualdade de direitos

Quando falamos em cotas no registro de candidaturas, bem como da participação no Fundo Partidário e no Fundo Eleitoral, vemos que apesar dos avanços, apesar de representarem um importante início, não são suficientes, pois ainda não conseguimos evitar as candidaturas-laranja. Sinal de que novas políticas afirmativas precisam ser implementadas e reinventadas. Na prática, ainda há pouca efetividade contribuindo para melhorar a atuação das mulheres e sua chegada aos cargos eletivos, pois com percentual de quase 52% de eleitoras, o quadro permanece parecido desde 1940, com pouca alteração. Assim, o trabalho com a implementação de políticas afirmativas de

inclusão das mulheres, bem como a luta pela paridade, precisa ser, ostensivamente, realizado na base, ou seja, nos partidos políticos. (SILVA, 2021, p. 13).

A ministrante Cláudia Bressan da Silva foi solicitada para tratar dos “Aspectos jurídicos da igualdade de direitos”, por atuar justamente com esse tema. É advogada, graduada em Direito pelo CESUSC; Pedagoga com habilitação em Psicologia, Filosofia e Sociologia pela UNISUL. Pós-graduada em Direito Público (CESUSC). Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SC e Coordenadora de Relacionamento com a Justiça Comum da OAB/SC. Membro do Corpo de Avaliadores da Revista Eletrônica Avant da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda em Direito pela UFSC.

A professora contribuiu para nossa construção coletiva do conhecimento, trazendo os elementos da pedagoga multidisciplinar e da advogada. Trouxe informações sobre os requisitos para a candidatura feminina: professora Cláudia ressaltou a necessidade de conhecer regras, prazos e detalhes legais para que uma mulher se torne candidata. Apontou as novidades nas eleições proporcionais e nos próximos períodos de campanha. E ainda, alguns aspectos da Lei da Ficha Limpa. Além de todas essas noções jurídicas, a palestrante também analisou a situação atual da mulher na política trazendo alguns exemplos.

Durante essa jornada percebemos que a realização desse curso tornou-se um marco para a história da Escola do Legislativo. Uma vez que atendemos às cursistas e cumprimos nossos objetivos, mesmo com todas as adversidades impostas pela pandemia.

## **6 ENCAMINHAMENTOS RESULTANTES DA FORMAÇÃO**

Carneiro (2003) frisou a relevância do movimento de mulheres para inovações nas políticas públicas, como a criação dos Conselhos da Condição Feminina. Pauta amplamente debatida na formação política para mulheres, ofertada pelo Parlamento Catarinense na perspectiva de ampliar o diálogo entre a Assembleia e as Câmaras, na medida em que contamos com somente trinta e oito Conselhos das Mulheres em Santa Catarina, sendo que o estado é composto por 295 municípios. Tendo em vista esse aporte teórico que nos traz Sueli Carneiro, um dos resultados alcançados pelo curso são as sugestões temáticas para a Bancada Feminina da ALESC. Essas pautas foram debatidas no decorrer da formação e deliberadas para apresentação na reunião final. Elencamos as demandas que surgiram durante o curso e na ocasião do encerramento contemplada pela mesa-redonda como as sugestões do coletivo de mulheres.

- a) traduzir os termos estrangeiros da legislação sobre o enfrentamento da violência contra mulheres. A tradução vai contribuir para a disseminação desse conhecimento. A população precisa entender os tipos de violência, para isso a linguagem precisa estar acessível. A acessibilidade da língua passa pela tradução dos termos em inglês que ainda não são utilizados no vocabulário compartilhado socialmente pelos brasileiros.
- b) casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência. Como uma alternativa que não seja transitória porque aquelas que sofreram agressão precisam de abrigo, uma noite não é o suficiente. É preciso dar suporte às vítimas de violência garantir moradia e perspectivas de autonomia financeira para a busca de novos caminhos.
- c) ampliar o número de Conselhos Municipais de Mulheres. A questão dos Conselhos foi registrada como tema para a Bancada Feminina. É um tema que persiste, entretanto, ressaltamos que o Observatório da Mulher e a Procuradoria da Mulher na ALESC já constam como iniciativas inauguradas pela Casa Parlamentar.

Outro ponto que merece destaque como encaminhamentos foi a realização da Roda de Conversa com a Defensora Pública Dra. Anne Teive Auras<sup>7</sup>, que tratou das ações para as mulheres vítimas de violência. Tratamos desse tema devido à repercussão do módulo "Combate às violências contra as mulheres", que promoveu uma aproximação entre as cursistas, além do pedido de continuidade de atividades.

Justamente por esse retorno de engajamento entre as alunas, a equipe gestora da Escola do Legislativo realizará um Ciclo de Debates: o combate às violências contra as mulheres ao final do ano. O evento contará com uma mesa-redonda de lançamento na ocasião da celebração dos 15 anos da Lei Maria da Penha.

## **7 RESULTADOS, CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES**

Sueli Carneiro (2003, p. 117) destacou a participação do movimento de mulheres brasileiro na Carta Magna de 1988, que teve 80% dos encaminhamentos atendidos pelos constituintes. No mesmo sentido de ressaltar a luta das mulheres na política, mudando o foco da esfera nacional para a estadual, especificamente no contexto catarinense, a formação política para mulheres mobilizou um coletivo que sugeriu pautas das mulheres para a Bancada Feminina das parlamentares de Santa Catarina.

No decorrer da Formação Política Para Mulheres, a Escola do Legislativo motivou um grupo feminino em busca de sabedoria e entendimento. Durante essas tardes de reflexão e compartilhamento de experiências, construímos coletivamente o conhecimento sobre a relevância da participação da mulher na política.

Consideramos que o objetivo da ação de educação política foi cumprido. Como um dos resultados, quatro participantes sinalizaram, espontaneamente, a disposição em concorrer nas próximas eleições. Elas apontaram essa iniciativa durante a mesa redonda que fechou essa etapa dos trabalhos. Um dos destaques foi a solicitação das participantes pela continuidade dos trabalhos, por meio de reuniões mensais do grupo. Pedido que foi acatado pela equipe gestora e está sendo atendido gradativamente, como mencionamos no tópico anterior, como a Roda de Conversa e a organização do Ciclo de Palestras.

Ainda em resposta a esse pedido, as representantes da Escola apontaram que cinco cursistas participarão da quinta edição do Programa Estágio Visita, no ano de 2022. A seleção será realizada por sorteio entre as alunas mais assíduas da formação verificadas pelo registro de frequência. O sorteio eletrônico foi realizado posteriormente em evento virtual.

Como aprendizados a serem registrados, consideramos manter a equipe técnica de atendimento às cursistas 100% feminina para as próximas edições do curso. Entendemos que esse requisito manteve a união, o acolhimento e a cumplicidade para compartilhamento de conhecimento e vivências entre as participantes e as professoras.

Outra questão que será analisada pela equipe da Escola, ao longo do ano, é sobre a distribuição da carga horária da formação de mulheres. Para o segundo semestre de 2021, faremos outro evento destinado ao público feminino, assim verificaremos a efetividade de participação em relação quantidade de aulas distribuídas durante a semana. Poderemos analisar qual a melhor alternativa para o nosso público deste tipo de evento: mulheres que pretendem participar da política.

A representação feminina na política é uma meta que deveria ser do interesse de todos para viabilizarmos uma democracia composta por mulheres e homens de acordo com a

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <http://defensoria.sc.def.br/nudem-participa-de-roda-de-conversa-na-escola-do-legislativo-sobre-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#page-content> e Encontro virtual de mulheres: [http://escola.ale.sc.gov.br/noticias\\_agencia/encontro-virtual-de-mulheres/](http://escola.ale.sc.gov.br/noticias_agencia/encontro-virtual-de-mulheres/)

distribuição populacional do Brasil. De todo modo, o Parlamento Catarinense realiza, por meio da Escola do Legislativo, formações políticas destinadas às mulheres. Essa ação de educação para cidadania se destacou entre as demais pela modalidade remota de oferta, atendendo ao público feminino mesmo na difícil situação da crise sanitária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, E. L. **Material didático do módulo:** política e cidadania. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

BAGGENSTOSS, G. A. **Material didático do módulo:** mulher e o despertar para a política do cotidiano. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

BLIND, S. **Material didático do módulo:** a mulher e o poder. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

CALEFFI, R. **Material didático do módulo:** a luta das mulheres e sua participação na política. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

EX-PARTICIPANTES do Curso de Formação Política para Mulheres se reencontram para conversa on-line. **Escola do Legislativo da ALESC**, Florianópolis, 12 jul. 2021. Disponível em: [http://escola.alesc.sc.gov.br/noticias\\_agencia/encontro-virtual-de-mulheres/](http://escola.alesc.sc.gov.br/noticias_agencia/encontro-virtual-de-mulheres/). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

FORTUNATO, T. **Material didático do módulo:** violência contra a mulher. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

RODRIGUES, M. A. N. **Material didático do módulo:** mulher e o mercado de trabalho. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

SALGADO, E. D. **Material didático do módulo:** a participação da mulher na sociedade e na política. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Projetos de tramitação interna, formação política para mulheres**. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2019.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Relatório de eventos, formação política para mulheres**. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2019.



SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Relatório técnico**: coleta de dados das 295 Câmaras de Santa Catarina. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2019.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Resultados da pesquisa digital sobre o perfil das cursistas, formação política para mulheres**. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório técnico**: artigos políticos e correlação de forças: análise dos resultados das eleições municipais em Santa Catarina de 2000 a 2020. Florianópolis: Callipolis, 2020. Políticas públicas e desenvolvimento.

SILVA, C. B. de. **Material didático do módulo**: aspectos jurídicos da igualdade de direitos. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

SILVESTRE, M. F. **Material didático do módulo**: lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na política. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Ada de Luca**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1291-Ada\\_de\\_Luca](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1291-Ada_de_Luca). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Ana Campagnolo**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1017-Ana\\_Campagnolo](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1017-Ana_Campagnolo). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Angela Amin**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1061-Angela\\_Amin](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1061-Angela_Amin). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antonieta de Barros**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta\\_de\\_Barros](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Carmen Zanotto**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/944-Carmen\\_Zanotto](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/944-Carmen_Zanotto). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Caroline de Toni**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1058-Caroline\\_de\\_Toni](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1058-Caroline_de_Toni). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Dirce Heiderscheidt**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/996-Dirce\\_Heiderscheidt](http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/996-Dirce_Heiderscheidt). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Geovania de Sá.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1059-Geovania\\_de\\_Sa](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1059-Geovania_de_Sa). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Ideli Salvatti.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio\\_Mauro\\_da\\_Silveira](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio_Mauro_da_Silveira). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Lício Mauro da Silveira.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio\\_Mauro\\_da\\_Silveira](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611-Licio_Mauro_da_Silveira). Acesso em: 22 de jun. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Luciane Carminatti.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/974-Luciane\\_Carminatti](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/974-Luciane_Carminatti). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Maria Shirley Donato.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1037-Maria\\_Shirley\\_Donato](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1037-Maria_Shirley_Donato). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Marlene Fengler.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1011-Marlene\\_Fengler](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1011-Marlene_Fengler). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Niura Demarchi.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1117-Niura\\_Demarchi](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1117-Niura_Demarchi). Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Paulinha.** 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1306-Paulinha>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Sandra Guidi.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1105-Sandra\\_Guidi](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1105-Sandra_Guidi). Acesso em: 16 de ago. 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Selma Elias Westphal.** 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1344-Selma\\_Elias\\_Westphal](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1344-Selma_Elias_Westphal). Acesso em: 16 ago. 2021.

NUDEM participa de roda de conversa na escola do legislativo sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Defensoria Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, 9 jul. 2021. Disponível em: <http://defensoria.sc.def.br/nudem-participa-de-roda-de-conversa-na-escola-do-legislativo-sobre-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#page-content>. Acesso em: 16 ago. 2021.

QUEM são as mulheres que vão comandar prefeituras em SC a partir de 2021. **ND mais**, Florianópolis, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-sc/eleicoes-municipais/quem-sao-as-mulheres-que-va-comandar-prefeituras-em-sc-a-partir-de-2021/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VASCONCELLOS, D. S. C. **Material didático do módulo:** políticas de igualdade de gênero. Florianópolis: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2021. Formação política para mulheres.

### AGRADECIMENTOS

Nós, autoras, agradecemos ao Presidente da ALESC Deputado Mauro De Nadal pelo apoio às atividades da Escola do Legislativo. Agradecimento estendido à Bancada Feminina: Deputada Luciane Caminatti, Coordenadora da Bancada e do Observatório da Mulher da ALESC, Deputada Ada De Luca, Líder da Procuradoria da Mulher da ALESC, Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputada Paulinha e Deputada Marlene Fengler, Presidente da Escola do Legislativo. Sentimento também recíproco à Coordenadora da Escola do Legislativo Adeliana Dal Pont, ao Diretor Geral Luiz Alberto M. Jacobus e à Assessora da Bancada Feminina Marianne Tillman. Gratidão à equipe pedagógica e técnica pelo apoio, colaboração e parceria nas iniciativas educacionais da ALESC realizadas pela Escola. Paulo Wilpert e Marianne dos Santos, da Formação Política, Juliana Bassetti e Maria Eduarda Wilpert, da Comunicação, Alcilea Cardoso e Aline Farias, da Assessoria Pedagógica, Gustavo Serpa, da Assessoria Jurídica, José Souza Filho, Cláudia Kremer e Cristiano Carvalho, da Assessoria Técnica, José M. Pires Filho, Ana Caroline Garcia e Marina Assis, da Secretaria Acadêmica e Marta do Prado, da Qualificação Profissional e Desenvolvimento Humano. Cada uma das pessoas aqui citadas contribuiu para a realização do curso e deste registro que compartilhamos com a comunidade de Escolas Legislativas.

Recebido em: 29/07/2021

Aceito em: 19/08/2021